

Ensino Superior no Brasil e Coréia do Sul: Identidades de Percurso e Transposições Injustificadas

Eduardo Gonçalves Serra, serra@peno.coppe.ufrj.br

Máximo Augusto Campos Masson, maxmasson@ufrj.br

Por que comparar os sistemas de ensino superior do Brasil e da Coréia do Sul, sociedades cujas trajetórias históricas e, especificamente, educacionais, são, à primeira vista, tão díspares que dificultariam toda análise comparativa?¹

Elementos numerosos podem ser avocados para responder a esta pergunta, porém podemos salientar, pelo menos quatro que consideramos mais significativos.

Em primeiro lugar, Brasil e Coréia do Sul pertencem ao grupo dos Países de Industrialização Recente (tardia), de primeira geração, também conhecidos como NICS (Newly Industrialized Countries), Estes países, a partir do imediato pós-guerra, buscaram superar a anterior condição econômica heterônoma, tendo na via da industrialização abrangente, o seu pilar de sustentação do desenvolvimento.

Em segundo lugar, são, na atualidade, potências regionais emergentes, com padrão e possibilidades de desenvolvimento de caráter modelar. Ocupam posições de relevo no ranking das maiores economias do planeta, participam expressivamente nos blocos econômicos de seus continentes, têm presença e influência crescente no mercado mundial bem como em esferas internacionais de decisão política.

Em terceiro lugar, a experiência sul-coreana vem sendo citada, freqüentemente, como modelo a ser adotado pelo Brasil para o desenvolvimento e reforma de seu ensino superior, ainda que a forma e a extensão desta apropriação mereçam ser analisadas com maior propriedade.

Por fim, contribui também para a identificação da necessidade de elaborar-se uma análise comparada dos dois sistemas educacionais, o contexto internacional em que se discute a finalidade e de redimensionamento das instituições de ensino superior (universitárias ou não) frente às transformações nos padrões de desenvolvimento do capitalismo ocorridas nas décadas finais do século XX.

¹ A imprensa brasileira nos últimos anos, dentro das características que conformam a chamada opinião pública “letrada e/ou douta”, tem apresentado o sistema de ensino sul-coreano como modelar para o Brasil e “países emergentes”, sublinhando, em especial, a presença de grande número de instituições privadas na Coréia do Sul e a “autonomia” que estas possuiriam, como fatores determinantes dos altos índices de escolarização encontrados naquele país, situação contrária a do Brasil, cujos índices de escolarização estão significativamente abaixo dos apresentados pela grande maioria dos países industrializados.

A Educação Superior e o Capitalismo Contemporâneo

Como tem sido por tantas vezes salientado, as mudanças na ordem econômica internacional repercutiram diretamente no cenário educacional. E neste novo contexto do capitalismo, os sistemas educacionais se encontram² diante da necessidade de atender a demandas correlacionadas tanto aos interesses capitalistas e aos mais imediatos dos trabalhadores, entre eles, o assegurar a inserção ou permanência no mercado de trabalho.

É, portanto, sob este cenário de acirramento das lutas de classe que devemos analisar as mudanças em curso na educação superior. Sem se esquecer que, de modo especial, os sistemas de educação superior, nas sociedades capitalistas periféricas, sempre se defrontaram, ao longo de todo o século XX, com duas grandes problemáticas. A primeira, a definição do papel das instituições de ensino (fossem universidades ou não) no processo de desenvolvimento nacional e a segunda, a demanda por acesso à educação superior, a qual, de modo geral, se intensificou na medida em que se processou a industrialização nessas sociedades.

Não podemos esquecer também que a definição de diretrizes governamentais para os sistemas de educação superior se faz sob a pressão contínua do crescimento demográfico. Se em boa parte das sociedades capitalistas periféricas, essas pressões estão associadas aos desejos de mobilidade social da população urbana e à modernização econômica, nas sociedades capitalistas avançadas, além da ascensão social (ou manutenção de suas posições de classe por parte dos socialmente dominantes), e da necessidade de formação de quadros técnicos em maior número e com melhor qualidade, há também a questão do retardamento do momento de entrada de novos contingentes sociais no mercado de trabalho, a fim de ser minimizada a demanda pela criação de novos postos de trabalho, tanto em função da elevação da idade média da população como em decorrência da diminuição das oportunidades de emprego para as novas gerações em função das atuais características do mercado de trabalho.

Entretanto, é importante salientar que embora possam - e devam- ser observadas as tendências mundiais e as tentativas de implementação de modelos institucionais mais favoráveis à lógica atual da acumulação capitalista, não podemos delimitar nossas análises por um reducionismo mecanicista que termina por estabelecer as orientações de certas

² Não discutiremos aqui aspectos mais propriamente relacionados à socialização necessária para o viver nas atuais sociedades capitalistas contemporâneas onde se destaca de forma cada vez mais intensa o exercício de auto-disciplina.

agências internacionais – representativas do grande capital – como fator determinante maior das ações políticas empreendidas pelos governos nacionais dos países periféricos. Isto seria considerá-los, em última instância, como meros elementos executores de forças imperialistas, numa perspectiva analítica que desconsidera as especificidades locais e, conseqüentemente, as formas como as lutas entre as classes se afiguram efetivamente nos diversos campos sociais, entre eles o educacional, nessas sociedades periféricas.

Desse modo, mesmo quando estão postas na agenda de quase todas as instituições de educação superior, questões como: a “mundialização dos currículos”³, à primeira vista uma decorrência natural e inevitável da globalização (dada a extensão dos mercados de trabalho de determinadas categorias profissionais a nível quase que planetário) e a intensificação do intercâmbio internacional entre instituições de ensino, envolvendo cada vez um número maior de professores e estudantes além da integração de projetos e programas de pesquisa, permanece como elemento imprescindível para o estudo da natureza e função contemporâneas dos sistemas de educação superior, as relações destes últimos com as características estruturais das sociedades em que estes estão situados.

Trajетórias de desenvolvimento nacional: Brasil e Coréia do Sul, modelos de industrialização tardia e ensino superior

A formação e o crescimento dos sistemas universitários modernos se fizeram, em geral, *pari passu*, com as tendências de desenvolvimento econômico. A industrialização demandou a formação de quadros técnicos e a geração de conhecimento científico e tecnológico. Para impulsionar o desenvolvimento se fez mister ampliar a oferta de educação superior. Concomitantemente, a modernização das sociedades se fez acompanhada de uma progressiva ampliação das demandas por escolarização em todos os níveis, inclusive o superior.

Sobretudo a partir de meados do século XX, encontramos em quase todo o ocidente movimentos sociais, que tendo por base as classes médias, o operariado e outros segmentos sociais discriminados em função de suas características de gênero e etnia, lutaram (ou ainda lutam) pela concretização de maiores possibilidades de ingresso no ensino superior, considerando que o acesso a este, além de propiciar a maior posse de bens culturais, se

³ Especificamente sobre a “mundialização dos currículos” (tema ao qual se agrega o da “desregulamentação das profissões”), não é possível desconsiderar que este movimento propicia um relativo enfraquecimento das estruturas curriculares de âmbito nacional, que são, tradicionalmente, constituídas em função de sua adequação a necessidades de caráter local.

constituiu em importante condição de ascensão social. Governos que, mais ou menos inspirados pelo ideário social-democrata, objetivavam um maior equilíbrio no conflito capital-trabalho, buscando assim minimizar as pressões das classes sociais subalternas e, muito especialmente, afirmar a hegemonia burguesa, elegeram entre suas prioridades o incremento da abrangência da educação superior e das atividades científicas.

Assim, tornou-se possível em todos os países considerados desenvolvidos o aumento da população universitária. Nestes, os índices de matrícula no ensino superior são bastante expressivos, da ordem de pelo menos 35%, não sendo raro encontrarmos índices próximos ou mesmo superiores a 50%. (a própria Coreia do Sul encontra-se hoje nesta situação). Situação inversa é encontrada nos países considerados “em desenvolvimento”, onde, em média, menos de 15% dos jovens entre 20 e 24 anos ingressam em um curso universitário ou similar.

Hoje, o debate sobre as relações entre expansão dos sistemas de ensino superior e desenvolvimento econômico aborda enfaticamente a temática das condições de competitividade no cenário internacional.

O desenvolvimento da indústria de um país – problemática que, contemporaneamente, se vincula de modo direto à capacidade da produção local ser internacionalmente competitiva e bem sucedida nas disputas internacionais – é ditado por uma série de fatores, entre os quais se destacam, por um lado, cada vez mais, as características qualitativas da força de trabalho, isto é, o quanto esta última pode agregar maior valor à mercadoria e por outro lado, a capacidade de produção e domínio de tecnologia, para a qual o desenvolvimento de instituições de pesquisa vem a ser estratégico.

No campo educacional este debate se explicitou através das controvérsias sobre teoria do capital humano, e recentemente sobre as categorias de competências e habilidades e nas proposições político-pedagógicas daí decorrentes⁴.

A presença ativa do Estado caracterizaria os casos de industrialização tardia, entre os quais podem ser situados o do Brasil e o da Coreia do Sul, conforme apontam autores como, entre outros, Porter (1991), Medina (1995), Coutinho (1999) e Krugman (1990), Ayerbe (2002). Ambos se constituem em exemplos importantes do grupo de países que, embora localizados na periferia capitalista e mantendo, até o principiar dos anos cinquenta,

⁴ Para uma discussão em particular sobre a categoria de competência e sua presença no cenário educacional, veja-se Perrenoud (2001)

uma relação de troca comercial com os países capitalistas centrais pautada pela exportação de produtos agrícolas e importação de bens industrializados, empreenderam um processo de industrialização caracterizado pela “queima” ou “salto” de etapas, que lhes possibilitou passar de uma estrutura econômica predominantemente agrícola para outra, de maior complexidade e diversidade econômica, dotada de uma base industrial e financeira mais sólida, e assim, se reposicionaram no mercado mundial, embora sempre dentro dos parâmetros internacionais do ordenamento capitalista e sob os limites dados por suas especificidades históricas.

Embora havendo muitos elementos de diferenciação entre Brasil e Coréia do Sul, sobretudo quanto aos aspectos políticos (particularmente do ponto de vista das relações internacionais), demográficos, culturais, afora as desigualdades no tocante à disponibilidade de recursos naturais, os dois países apresentavam, nos momentos iniciais de seus processos de industrialização, um conjunto de condições bastante semelhantes. Entre essas condições pode-se destacar: a presença, quando da intensificação do processo de industrialização (a partir dos anos trinta no Brasil e no segundo pós-guerra na Coréia do Sul), de estruturas industriais incompletas e fragmentadas; de setores majoritários da população vivendo em condições precárias; a prevalência, na maior parte do período de aceleração, de estruturas de poder centralizadoras (mesmo quando sob regimes oficialmente democrático-liberais, como foi o caso do Brasil de 1946 a 1964), que permitiram o estabelecimento de mecanismos de planejamento ou "comando" da economia, cujo objetivo era a promoção da modernização (notadamente sob égide política conservadora).

Ao final dos anos 70, os dois países contavam com uma economia madura, com praticamente todos os segmentos da indústria próprios à chamada "segunda revolução industrial" estabelecidos. Possuíam segmentos sociais, embora quantitativamente minoritários, com níveis de consumo e hábitos culturais comparáveis aos padrões dos países desenvolvidos.

A Coréia do Sul deixou de ser um dos países mais pobres da Ásia para se tornar uma potência industrial, onde se destacam os grandes grupos conglomerados – os *chaebols*– possuidores de tecnologias de ponta e marcas de alcance mundial, cujo crescimento decorreu de uma estratégia estatal de direcionamento preferencial, mediante

ações governamentais, de recursos financeiros para o setor industrial e forte controle político sobre a força de trabalho.

Ao início do século XXI, em meio às profundas transformações em curso na economia mundial, sob o signo da liberalização dos mercados e independente dos abalos da crise asiática (1997/1998)⁵, a Coreia do Sul continua sendo candidata ao ingresso, no curto prazo, no restrito grupo dos países desenvolvidos capitalistas⁶. Apesar da crise, a Coreia do Sul retomou em curto espaço de tempo altas taxas de crescimento e um explícito projeto de desenvolvimento econômico, compartilhado por lideranças político-partidárias, militares e empresariais, ainda que sujeito às adequações impostas pelo cenário econômico globalizado.

Todavia, o Brasil, apesar de seu crescimento quase ininterrupto entre a década de cinquenta e meados dos anos setenta (com exceção do final dos anos cinquenta quando se tornaram explícitos os sinais do esgotamento do chamado processo de substituição de importações), terminou por apresentar uma trajetória econômica bastante distinta da Coreia do Sul, especialmente a partir da década de oitenta.

Nos anos oitenta, a economia brasileira, ao contrário da sul-coreana, vivenciou uma experiência contínua de estagnação e declínio, ainda que em moldes não tão drásticos como os encontrados em outros países latino-americanos. Além disto, a redemocratização política do país, com o fim da ditadura militar em 1984, não se fez acompanhada pela definição de um claro projeto de recuperação e desenvolvimento econômico. Ao contrário, predomina na história mais recente do país tentativas variadas de promoção da estabilidade monetária e de inserção associada – porém dependente - no novo cenário econômico mundial, mediante a implementação de políticas de teor neo-liberal.

Os percursos do desenvolvimento

O Brasil precedeu cronologicamente a Coreia na primeira etapa do processo de industrialização. Os investimentos realizados na economia brasileira tiveram um

⁵ As relações nem sempre transparentes entre os chaebols e o Estado sul-coreano, suas formas de gestão e o endividamento acima de possibilidades reais foram também apontadas como um dos motivos determinantes do abalo econômico que marcará o país durante a crise asiática, questionando-se assim as bases do próprio modelo de crescimento sul-coreano. De outro lado, as intensas manifestações operárias também pareciam demonstrar o esgotamento das formas de regulação das relações entre capital e trabalho.

⁶ A integração da Coreia do Sul, em 1996, à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE), apesar dos abalos produzidos pela crise asiática de 1997, é uma demonstração concreta da condição do país passou a ter ao final do século XX. As mudanças de estratégia dos chaebol a partir da crise, tornando-se *global players*, também são sinalizam para a condição presente do país.

comportamento marcadamente cíclico, revelando a busca de oportunidades por parte do capital e o atrelamento dos gastos privados aos programas e subsídios oficiais.

Uma das bases principais do desenvolvimento econômico foi o endividamento externo. A longa história de presença de capitais estrangeiros, somada à potencialidade de um mercado interno de grande dimensão e à adoção de medidas de elevado grau de protecionismo, favoreceu a opção pelo recurso aos investimentos externos.

Isto deu ao sistema empresarial brasileiro, sempre sob proteção estatal, uma natureza compartilhada, em que o capital nacional assumiu a condição de parceiro minoritário dos grupos estrangeiros. O capital externo predominava nos setores de maior sofisticação, nos quais as empresas brasileiras, em geral, operavam como fornecedoras de componentes e matérias-primas. O capital nacional, por seu turno, predominava no segmento de *commodities* semiprocessadas. As empresas estatais tinham presença majoritária nos setores de insumos intermediários, de alta intensidade de capital e escala produtiva elevada. Dessa forma, o capital nacional veio a se constituir em parte não hegemônica, menor e subordinada, retratando a opção dominante da burguesia brasileira, em associar-se, de modo subordinado, ao capital internacional.

O desenvolvimento capitalista brasileiro ampliou a demanda por quadros qualificados nas áreas de administração, economia, engenharia, e saúde, alterando a tradição do ensino superior, originada no século XIX, de formar especialmente graduados nas áreas do direito e da medicina, que atuavam como profissionais liberais ou se direcionavam para a burocracia estatal. Em que pese a diversificação da oferta de cursos de graduação e as modificações na legislação educacional, como a da primeira Lei de Diretrizes e Bases promulgada no início da década de sessenta (1961) e as reformas do ensino (fundamental, secundário e superior) empreendidas pelos governos militares, não ocorreu no Brasil, uma efetiva universalização do acesso ao ensino fundamental até a segunda metade dos anos noventa. O ensino secundário somente apresentará maiores índices de ingresso a partir da década de oitenta, com base na iniciativa de governos estaduais, novamente eleitos por voto direto da população.

Quanto à educação superior, ainda que tenha vindo a apresentar uma maior oferta a partir da década de setenta, graças, não somente, mas sobretudo, ao favorecimento da criação de instituições privadas pelos governos militares, o Brasil conviverá ao longo de

mais de quatro décadas com o recorrente problema da escassez de vagas, sempre aquém da demanda existente, fazendo com que permanecesse proporcionalmente diminuta a população universitária do país.

Saliente-se que as políticas educacionais promovidas pelos governos militares permitiram que se agravasse a distinção entre as instituições escolares públicas e as privadas. As escolas públicas de ensino fundamental e médio gradativamente passaram a oferecer um ensino considerado qualitativamente inferior e destinado, de fato, aos segmentos mais pobres da população. Com o fim do regime militar, embora o número de estudantes brasileiros tenha aumentado significativamente, graças à ampliação da abrangência das redes públicas, não houve transformações significativas na qualidade do ensino ofertado por essas redes, em boa parte devido ao quadro recessivo que marcou o país nas últimas duas décadas. Manteve-se e mesmo se intensificou a distinção entre as redes públicas de ensino fundamental e médio e a rede privada, produzindo, em consequência, efeitos diretos no acesso às instituições de ensino superior. Os segmentos sociais de maior renda – e quase sempre portadores de maior capital econômico e cultural - se direcionam para os cursos mais prestigiados das melhores instituições de ensino superior, geralmente públicas. Já os que se encontravam em posições mais distantes do pólo dominante do campo social tendem a se encaminhar para os cursos oferecidos pelas instituições particulares (geralmente menos consideradas academicamente) ou aos cursos de menor prestígio social das instituições públicas.

A oferta da educação superior brasileira se concentrou em cursos da área de ciências humanas, em sua maioria localizados em instituições privadas de qualidade duvidosa. Não foram estabelecidos, salvo poucas exceções, maiores vínculos entre as instituições universitárias e os complexos empresariais. Embora retoricamente mencionado nos discursos desenvolvimentistas do Estado brasileiro, a educação superior não se constituiu efetivamente em um instrumento estratégico para o crescimento econômico, salvo de forma pontual e mais nitidamente relacionada a constituição de determinados programas de pós-graduação. A ampliação dos cursos, concentrado nas regiões sudeste e sul do país, atendeu muito mais à demanda de setores da sociedade que objetivamente a consideravam como um instrumento individual de ascensão social.

Apesar de terem possibilitado a formação de centros de referência importantes e a geração de um quantitativo considerável de mestres e doutores, os programas de pós-graduação e pesquisa brasileiros foram estruturados sob os percalços de uma modernização conservadora em que inexistiu um projeto de desenvolvimento nacional minimamente autônomo. Isto veio a possibilitar, mesmo contra as aspirações de seus formuladores, que a inserção nesses programas termine objetivamente, ressalvadas as devidas exceções, também por se constituir muito mais em um instrumento de mobilidade social do que propriamente a um meio de promoção planejada do desenvolvimento nacional. Neste sentido, o ensino superior na sociedade brasileira terminou por assumir, mais efetivamente, a condição de bem privado e não de bem público, de acordo com a tipologia estabelecida por autores como Tilak⁷.

Já o processo de crescimento econômico e industrialização da Coréia do Sul, esteve sempre balizado em seus rumos pelo Estado, objetivando a implantação de indústria pesada e operado quase integralmente pelo grande capital nacional mediante a formação dos grandes conglomerados diversificados pertencentes à elite empresarial, que contaram com financiamento governamental, proteção contra a competição estrangeira, fechando o mercado doméstico às importações e aos investimentos externos.

Os investimentos estrangeiros diretos não tiveram presença importante no processo de industrialização sul-coreano. Contribuiu para este fato, além de características culturais (preservação de relações de linhagem), da forte ambição nacional pela conquista de autonomia para o país (efeito sobretudo da ocupação estrangeira) e da preocupação com a defesa militar, o desenvolvimento - desde o início do processo de industrialização - dos *chaebols*, de controle centralizado, estrutura familiar e capital nacional,. A relação de "cooperação obediente" do empresariado com o governo, o rígido controle estatal sobre a força de trabalho (inexistiam sindicatos livres na Coréia do Sul durante o período ditatorial) e administração patronal que conjugava modernização e paternalismo (a busca por estabelecer a *inhwa* - harmonia - nos locais de trabalho) fizeram com que as metas do planejamento econômico fossem cumpridas à risca.

Apesar da dominação japonesa e dos efeitos da guerra contra a Coréia do Norte, o país apresentava, ao contrário do Brasil, menor desigualdade social, para o que em muito

⁷ Veja-se Tilak (2003).

favoreceu a realização, ainda nos anos 50, de um processo de reforma agrária, empreendido logo após à constituição do regime republicano.

No que diz respeito à inserção internacional, a Coreia do Sul optaria, desde os anos 50, por uma estratégia exportadora singular, uma vez que o país contava com poucos recursos naturais e tinha, então, um mercado interno bastante limitado. Desta forma, foram planejadamente estruturados para a exportação diversos setores manufatureiros, cuja estratégia pressupunha o aperfeiçoamento, pela exposição ao mercado externo, de setores da indústria ligeira, demandantes de trabalho pouco qualificado. A partir dos anos setenta, foram promovidas as vendas externas de setores mais sofisticados e com economia de escala. Nos anos oitenta, se privilegiaram os setores dinâmicos, com maior conteúdo tecnológico e alta especialização⁸.

No campo educacional, imediatamente, após a Guerra da Coreia, as prioridades governamentais foram a compilação e a distribuição de textos escolares, treinamento em serviço de professores, alfabetização de adultos e ampliação das oportunidades de acesso ao ensino secundário e, em menor escala, à educação superior.

Nos anos cinquenta, os sul-coreanos promoveram a universalização do ensino elementar. Nos vinte anos posteriores se processou o acesso de adolescentes e jovens às duas fases do ensino secundário, possibilitando uma significativa ampliação da demanda por ensino superior que seria respondida positivamente nos anos oitenta e noventa. Como resultado, de um percentual de 7,1% da população matriculada em 1965 passou-se a 54,6% em 1995.

Nos anos sessenta, a universalização do ensino elementar foi praticamente concluída, embora fosse elevado número de alunos por sala de aula. Intensificou-se a cooperação técnica com agências internacionais e, principalmente, norte-americanas, reestruturando-se currículos, instituições de ensino e se redefinindo o modelo de formação de professores. No que diz respeito às instituições de educação superior, foi estabelecido um forte controle do Estado, independente dessas serem públicas ou privadas, especialmente no que diz respeito a formas de ingresso, número de vagas e modalidades de curso. O controle do Estado sob a educação também abrangeu a organização do magistério. Somente na década de noventa seria permitida a criação de sindicatos de professores.

⁸ A partir da metade dos anos oitenta, aumentará a busca por capital externo, o que promoveu o forte endividamento dos chaebols e o posterior colapso de vários deles quando da crise asiática.

Quanto ao ensino superior, observou-se, na Coreia do Sul, um vertiginoso crescimento do sistema a partir dos anos 60. Foram instituídos tipos distintos de cursos (com duração de dois a quatro anos, com exceção para os de medicina) e instituições de ensino superior: os *Junior College*, os *College*, os *Teachers College* (voltados para a formação de professores), as *schools miscellaneous* e as Universidades⁹. Os primeiros de caráter vocacional e oferecendo cursos de menor duração, objetivando uma formação capaz de possibilitar uma inserção mais imediata no mercado de trabalho.

Cerca de 50% das instituições têm caráter privado, sendo as 50% restantes de natureza pública não gratuita (contando, entretanto, com grande número de bolsas de estudo oferecidas). Nos últimos anos, após o projeto de reforma do ensino superior (1995), observa-se um crescimento significativo do setor privado, no país e projetam-se formas de reduzir o controle do Estado sobre as instituições de ensino, visando ampliar a autonomia das mesmas. Pode-se afirmar, entretanto que quanto à qualidade há bastante semelhança entre as instituições públicas e privadas.

Ao contrário do Brasil, a oferta da educação superior se concentrou em cursos da área tecnológica, notadamente os de engenharia, oferecida em diferentes modalidades, manifestando os elos com o projeto desenvolvimentista. A formação, em grande escala, de recursos humanos qualificados e adequados às expectativas de crescimento econômico, foi definida, então, como uma das bases da política de desenvolvimento do país. De forma complementar, foram criados, principalmente a partir dos anos oitenta, os primeiros institutos governamentais de pesquisa.

A expansão do ensino superior, no entanto, foi também marcada por seguidos protestos estudantis contra o regime ditatorial e pela democratização do país. Ainda que duramente reprimidos pelo governo sul-coreano¹⁰, tiveram como resposta a implementação contínua de políticas de ampliação de vagas e da gradual diversificação de modalidades de ensino, atendendo a demandas específicas como as das mulheres e de jovens já inseridos no mercado de trabalho, especialmente no setor industrial¹¹.

⁹ O sistema sul-coreano também possui instituições de ensino destinadas especificamente a mulheres, de acordo com a tradição cultural do país.

¹⁰ A repressão aos protestos estudantis faz parte da história sul-coreana. Em 18 de maio 1980, em Kwangju, manifestações pela democracia e reunificação da Coreia foram severamente reprimidas pelo governo, tendo sido mortos aproximadamente duzentos estudantes. Esta data é hoje feriado nacional na Coreia do Sul.

¹¹ A ampliação do número de vagas no ensino superior sul-coreano, mesmo quando a atenção maior das autoridades governamentais se concentrou na universalização do ensino médio, assumiu proporções bastante expressivas. Ao findar da guerra haviam aproximadamente oito mil matrículas em instituições de ensino superior, ao término da década de sessenta este número atingia a ordem de duzentas mil.

Coréia do Sul e Brasil frente ao advento da globalização

Os anos 80 marcaram-se pela aceleração dos processos de maior integração dos mercados financeiros; pela escalada de fusões e aquisições de empresas em âmbito mundial; pela formação de blocos comerciais regionais; pela crise contínua dos Estados socialistas do leste europeu e pela ocorrência, no início da década, de uma nova onda recessiva mundial que abalou fortemente os países periféricos capitalistas.

No Brasil, as turbulências do cenário mundial se expressaram através do aprofundamento da crise da dívida, em meio à alta inflação. As finanças públicas sofreriam forte abalo e se reduziria terrivelmente a capacidade do Estado de tomar iniciativas na condução da economia. Os investimentos externos escasseariam e a economia brasileira perderia dinamismo ao longo de toda a década, apresentando crescente defasagem tecnológica em relação aos países desenvolvidos. O capital bancário se manteria dissociado dos empreendimentos industriais e, ao contrário da Coréia do Sul, não se consolidariam, salvo raras exceções, grandes grupos empresariais privados de dimensão internacional.

O enfraquecimento do governo Sarney (1984-1985, primeiro governo pós-ditadura militar e ainda eleito indiretamente), por sua vez, fazia com que a coordenação da economia fosse ainda mais difícil. Ao final dos anos 80, passada a curta experiência de retomada de um caminho de industrialização autônoma (aberto com o Plano Cruzado), a adesão de amplos setores da burocracia governamental, do empresariado e das classes médias ao ideário neoliberal, cujas propostas para as economias latino-americanas seriam caracterizadas pelo chamado "Consenso de Washington", abriria o caminho para um ciclo ainda mais profundo de desarticulação industrial e nacional nos anos 90, com o abandono efetivo de quaisquer projetos de desenvolvimento econômico de caráter mais autônomo.

Era evidente, então, o estado de estagnação dos poucos subsistemas de inovação que, criados em torno dos grandes complexos tecnológicos estatais, como o aeronáutico, os quais haviam conquistado um grau de competitividade mais elevado. Por diversas razões, entre as quais pode-se citar a sua própria autonomia, seriam mantidos alguns sistemas de inovações importantes, como o de prospecção de petróleo em águas profundas, em torno do complexo Petrobrás. Alguns segmentos do setor privado, no entanto, percebendo as mudanças no ambiente, e agindo de forma antecipativa, também conseguiriam ajustar-se, atualizando-se tecnologicamente, aprimorando a sua estrutura organizacional, reduzindo

suas escalas, promovendo a terceirização de setores das empresas e operando fusões e parcerias, inclusive com empresas de capital estrangeiro.

Na Coreia do Sul, a recessão do início dos anos 80 – agravada pelo assassinato do presidente Park, em 1979 – implicaria em um momento de inflexão econômica, obrigando-a a reajustar-se. No entanto, diferentemente do Brasil, o país sairia com maior rapidez da crise, tendo sido mais facilmente realizada a reciclagem da dívida externa em função da ajuda proveniente de bancos japoneses.

Confirmando a boa percepção do ambiente mundial e a visão antecipatória do governo sul-coreano, seriam firmadas parcerias no terreno da indústria entre empresas locais e japonesas, como no caso dos produtos eletrônicos. A atualização tecnológica industrial seria reforçada com a compra de fábricas japonesas de bens de consumo e componentes, em regime de "turn-key".

O V plano quinquenal daria prioridade ao complexo informática e eletrônica como principal eixo de desenvolvimento tendo também destaque a indústria automobilística e de bens de capital. O VI Plano - em consonância com as mudanças do ambiente econômico mundial, e reafirmando a vontade política do bloco dirigente de levar o país ao pleno desenvolvimento capitalista - tinha como objetivo a reestruturação quantitativa e qualitativa do sistema produtivo para a obtenção de maior competitividade industrial. Os aumentos verificados nos gastos com P&D, de 1% do PIB em 1987 para 2,5% em 1991. Ainda que o discurso, que balizava os V e VI planos, fosse o da liberalização da economia, o Estado manteve sua condição de definir rumos e prioridades do desenvolvimento.

Quanto à educação superior, nos anos oitenta, as políticas governamentais enfatizaram a formação de especialistas de alta qualificação, visando acompanhar a nova fase da industrialização, que se volta para a indústria de alta tecnologia.

A qualidade da educação superior vem a ser objeto de maiores preocupações inclusive quanto às diferenças existente entre universidades e *colleges* e as demais instituições de ensino superior (*colleges juniors, schools miscellaneous*).

Os centros de pesquisa das universidades receberam aportes financeiros significativos dentro da diretriz que a ciência e a tecnologia seriam as bases para a reestruturação industrial do país, considerando o cenário da globalização. Entre o início dos anos oitenta e a década de noventa, os investimentos em P&D praticamente dobraram.

Manteve-se a posição privilegiada das engenharias, área que continuou recebendo os maiores incentivos governamentais e atraindo o maior número de estudantes.

Ao se iniciar a década de 90, ocorre um novo ciclo de crescimento dos *chaebols*. A notável expansão operada nos estaleiros consolidaria a liderança do país no setor. A maior internacionalização da economia sul-coreana, envolvendo parcerias externas, como no caso da indústria naval, onde *joint-ventures* foram formadas na China e no Vietnã, entre outras, foi outra componente da estratégia adotada. Os programas de capacitação tecnológica empreendidos nos anos anteriores apresentavam sinais claros de sucesso. Em meio ao novo ciclo internacional de reformas liberalizantes, se enfraqueceram as exportações, pela recessão no Japão. A queda nos preços internacionais de semicondutores e a expansão das importações fariam com que o deficit em conta corrente, aumentasse, assim como o endividamento externo, que saltaria de US \$ 111,5 bilhões em 1995 para 169 bilhões em 1997, momento em que o país é duramente atingido pela crise asiática..

Em termos de política para educação superior, o governo sul-coreano iniciou, dois anos antes da crise asiática (maio de 1995), um projeto de reforma, com divulgação do relatório da Comissão Presidencial sobre Reforma Educacional (*Recommendations for Educational Reform to Build a New Educational System*) visando intensificar os elos entre o sistema de ensino e o projeto de transformação da economia sul-coreana em uma típica economia capitalista avançada, situando-a no mesmo nível dos países do G-7.

É proposta a ampliação do montante de recursos assegurados para o orçamento da educação, que antes já era apenas inferior ao destinados à da Defesa e ao Desenvolvimento Econômico.

As áreas prioritárias para atividades de P&D abrangem informática, automação, robótica, telecomunicações e química fina, buscando-se intensificar ações para o desenvolvimento de novos materiais, biotecnologia, recursos alternativos de energia, oceanografia e tecnologia aeronáutica. Um programa de incentivos às atividades de pesquisa foi idealizado para que as vendas realizadas no setor tenham um nível comparável ao encontrado nos países capitalistas avançados.

Independente da alusão a slogans amplamente difundidas nas duas últimas décadas sobre a formação educacional para habilitar os indivíduos a viverem em uma “sociedade em mudança” e “do conhecimento”, o centro da política educacional visa a adaptação e

preparação para a competição internacional, conforme exposto no relatório da Comissão Presidencial¹². Apesar das pressões pela expansão da oferta não serem tão imediatas, como, por exemplo, no Brasil, em função da existência de uma população universitária expressiva, indicava-se no mesmo documento que sistema de educação superior sul-coreano precisava apresentar maior diversificação, com universidades e *colleges* mais especializados. Deveria-se liberar o sistema educacional nacional do controle governamental, considerado muito rígido, com a introdução de medidas que possibilitassem maior autonomia das universidades, permitindo que as próprias instituições de ensino educação superior definissem o número de vagas a oferecer e realizassem mudanças curriculares. Era aberta também a possibilidade de estabelecimento de instituições estrangeiras, respeitando-se critérios definidos pelo Ministério da Educação.

Embora existam manifestações de protesto (um número expressivo de professores se colocou contra as medidas anunciadas¹³), o maior incentivo à ampliação da presença de instituições não tem significado necessariamente um afrouxamento das exigências para a criação de instituições de educação superior que na Coréia do Sul são bem maiores do que, por exemplo, no Brasil, onde os pedidos de criação de novas instituições ou cursos de graduação, encaminhados ao Conselho Nacional de Educação, são geralmente aceitos e praticamente inexitem casos de descredenciamento de cursos (salvo quanto a mestrados) ou instituições brasileiras.

No Brasil, dada a relativa estabilização da inflação e do câmbio – então valorizado – ocorrida, principalmente após a introdução da nova moeda, o Real, seria registrada uma significativa entrada de capitais externos em boa parte “voláteis” para o equilíbrio das transações correntes.

No mercado internacional, a competitividade dos produtos brasileiros cairia acentuadamente, principalmente nos setores de mais conteúdo tecnológico, por conta, principalmente, além dos fatores estruturais da indústria, do câmbio e dos juros altos.

O crescimento da dívida externa, a dificuldade retomar o crescimento sustentado e a paralização do governo foram algumas das decorrências da evolução da economia ao longo da década de 90. A desvalorização cambial ocorrida em 1999, que, em princípio, contrariava o ideário adotado, e a redução gradual dos juros, mesmo sendo realizada de

¹² Conforme J. Kim in Weidman e Park (2000).

¹³ Sobre as reações às medidas propostas, veja-se Park, in Weidman e Park (2000).

forma extremamente lenta, possibilitariam, como a retomada também lenta da produção industrial local em alguns setores e a entrada de novos investimentos estrangeiros.

Os efeitos negativos das privatizações, feitas, na maioria dos casos, com desnacionalização, em setores fundamentais de infra-estrutura, acentuariam o risco de debilitação da capacitação tecnológica brasileira, enfraquecendo, ainda a própria capacidade de negociação do Estado com o setor privado, em particular com o capital estrangeiro.

Embora o debate sobre a necessidade da “reforma universitária” também tenha passado a integrar o conjunto das propostas de reestruturação do Estado, o conjunto das medidas para a educação superior propostas no governo de Fernando Henrique Cardoso (em especial a transformação das instituições universitárias públicas em organizações sociais não públicas) se constituíram em tentativas de responder à crescente e contínua pressão por ingresso no ensino superior no país, sobredeterminadas pela redução dos gastos públicos conforme as diretrizes políticas dos recentes governantes brasileiros e, em menor escala, às demandas setoriais por serviços oferecidos pelas instituições universitárias (geralmente sob a forma de atividades de extensão, cursos *lato sensu*, convênios com órgãos públicos e empresas privadas). Neste sentido, a então proposta de “reforma da educação superior”, longe de ser uma “reforma” ou mesmo uma “contra-reforma” (aos moldes, por exemplo, da implementada pela ditadura militar nos anos setenta), era, acima de tudo, uma recomposição dos interesses dominantes nos campos educacional e político, a serem atendidos de modo diferenciado pelas medidas governamentais sugeridas.

Com a vitória da coalizão de centro-esquerda em 2002, o governo Lula, embora apresente gradativamente um conjunto de medidas sobre o ensino superior, estas também não conformam propriamente uma “reforma universitária”. Nas medidas propostas se destacam temas como a autonomia universitária, as modalidades de instituição de ensino superior e as formas de ingresso, porém é claramente perceptível que o ponto considerado de maior importância é o atendimento à grande demanda reprimida por vagas no ensino superior, ainda que isto venha a ser feito com o oferecimento de recursos públicos para as instituições privadas. O Ministério de Educação anuncia a intenção de duplicar, até o ano 2010, o número de vagas nas instituições públicas. Também se prevê o aumento das atividades de pós-graduação, expandindo a oferta para as regiões fora do eixo sul-sudeste,

além de empreender uma maior aproximação institucional entre universidade e setor empresarial, tendo em vista a existência a presença de demandas diversas sobre o sistema universitário oriundas daquele setor, seja quanto à formação de quadros profissionais, seja para o incremento da geração de conhecimento científico aplicável à indústria e de conhecimento tecnológico *strictu-sensu*.

Pretende-se também continuar e ampliar a política de avaliação das instituições de ensino superior, notadamente as do setor privado, visando melhorar a qualidade do ensino oferecido. Quanto à estrutura institucional e curricular, e neste sentido aproximando-se em parte ao existente na Coreia do Sul, é proposta governamental a adoção de modelos como o dos “Colleges”, de origem norte-americana.

De todo modo, as propostas hoje apresentadas terminam por tender a considerar a educação como fundamentalmente um instrumento promotor de mobilidade social, agindo dessa forma como um possível instrumento para a constituição, mesmo que em moldes mínimos de um possível projeto de estado de bem estar social. Entretanto, se as características que historicamente têm conformado as relações entre o campo educacional no Brasil e os demais campos da sociedade se perpetuarem dificilmente os intentos pretendidos se realizarão e continuaremos a vivenciar a reprodução no espaço educacional o quadro de desigualdades que marca toda a trajetória da sociedade brasileira..

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYERBE, Luis Fernando. Estados Unidos e América Latina. A Construção da Hegemonia. Ed. UNESP, São Paulo, 2002.

BANCO MUNDIAL. La Enseñanza Superior: Lãs Lecciones Derivadas de la Experiência, Washington D.C., 1995, 1ª edição em espanhol.

CANUTO, O. Brasil e Coreia do sul: os (des) caminhos da industrialização tardia, Nobel, São Paulo, 1994.

KRUGMAN, P., Technology and International Trade: a Historical Perspective, 1990.

MEDINA, H. Competitividade e Intensidade Tecnológica: Contribuição para um Sistema de Indicadores de Competitividade Industrial no Brasil, Tese Msc COPPE / UFRJ, 1995.

PORTER, Michael. Estratégias competitivas. Técnicas da Análise da Indústria e da Concorrência. Campus, 1986.

TILAK, Jandhyala B G. Ensino Superior e Desenvolvimento. Seminário Internacional Universidade Século XXI, Brasília, 2003.

WEIDMAN, J. and PARK, N. Higher Education in Korea: Tradition and Adaptation. Falmer Press, 2000.